

Release de Resultados

4T25

Natal, 13 de fevereiro de 2026.

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) apresentou seus resultados financeiros e operacionais referentes ao 4º trimestre de 2025 (4T25) de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as leis contábeis nacionais, como a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e suas atualizações (Leis 11.638/07 e 11.941/09), além de seguirem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas normas estão plenamente alinhadas aos padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), garantindo transparência e clareza nas informações apresentadas. Isso evidencia que as demonstrações financeiras da CAERN foram preparadas com foco na conformidade regulatória e nas melhores práticas contábeis, proporcionando uma visão detalhada e fidedigna da sua saúde financeira e operacional.

Por fim, as demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques 4T25

MARGEM EBITDA	LUCRO LÍQUIDO	VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
4T24: 8,35% 4T25: 7,90%	4T24: R\$ 4.729 4T25: R\$ 7.222	Água + 1,75% Esgoto + 1,98%	1,01x
RECEITA LÍQUIDA	INVESTIMENTOS		
4T25: R\$ 334.690	4T24: R\$ 111.264 4T25: R\$ 72.260		

	4T25 (a)	4T24 (b)	Var. (a/b)	4T23 (c)	Var. (b/c)
Receita líquida (trimestral)	334.690	327.206	2%	273.476	20%
Lucro Bruto (trimestral)	143.351	110.605	30%	99.046	12%
Resultado Operacional (trimestral)	-5.484	-5.375	2%	6.078	(188%)
EBITDA (trimestral)	27.947	25.847	8%	35.840	(28%)
EBITDA (anual)	194.314	161.470	20%	180.837	(11%)
Lucro Líquido (trimestral)	7.222	4.729	53%	418	1031%
ROE (trimestral)	0,26%	0,17%	50%	0,02%	992%
Dívida Total	333.555	401.065	(17%)	416.561	(4%)
Caixa e equivalente Recursos Próprios	136.780	181.610	(25%)	383.882	(53%)
Dívida Líquida	196.775	219.455	(10%)	32.679	572%
Margem Bruta (trimestral)	42,83%	33,80%	27%	36,22%	(7%)
Margem Operacional (trimestral)	(1,64%)	(1,64%)	(0%)	2,22%	(174%)
Margem Líquida (trimestral)	2,16%	1,45%	49%	0,15%	846%
Margem EBITDA (trimestral)	8,35%	7,90%	6%	13,11%	(40%)
Endividamento do PL	12,01%	14,72%	(18%)	15,84%	(7%)
Dívida Líquida/EBITDA (anual)	1,01	1,36	(25%)	0,18	652%

1. DADOS OPERACIONAIS

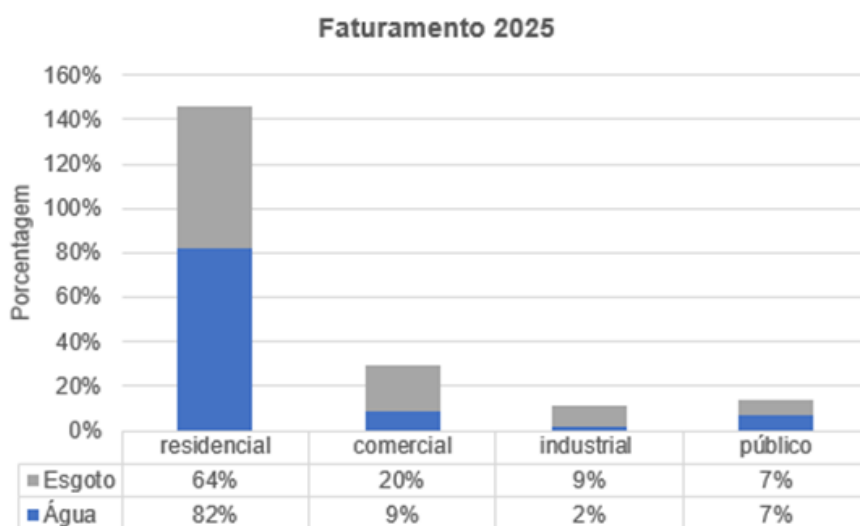
1.1 Mercado

Contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de dezembro de 2025:

Contratos (% da Receita Total) - em milhares						Economias Ativas Totais	
Municípios	Faturamento	% Receita total	Término concessão	Vigência Ampliada	Tipo de concessão	Água	Coleta de Esgoto
Natal	432.479	32,9%	29/04/2027	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	269.921	138.774
Mossoro	149.221	11,4%	14/07/2025	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	93.959	56.223
Parnamirim	114.989	8,8%	27/03/2043	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	95.286	8.012
Caico	30.705	2,3%	28/08/2041	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	24.536	5.469
Macaíba	21.131	1,6%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	16.403	922
Assu	17.753	1,4%	30/08/2029	30/12/2051 (i)	Água e Esgoto	15.205	605
Currais Novos	15.369	1,2%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	12.034	9.352
Joao camara	11.660	0,9%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	9.219	4.677
Macau	10.736	0,8%	26/04/2023	30/12/2051 (i)	Água e Esgoto	6.786	6.569
Nova Cruz	10.665	0,8%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	10.310	3.856
Demais municípios	498.796	38,0%				331.120	52.347
Totais						884.779	286.806

A Companhia, prestou serviços para 153 municípios de um total de 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação nos municípios que possuíam contratos vigentes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051, visando possibilitar a amortização dos investimentos realizados pela concessionária para o cumprimento da meta de universalização dos serviços por meio do atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos, conforme previsto no art. 11-B da Lei nº 11.445/07.

Em relação ao faturamento dos segmentos de água e esgoto, observa-se que a receita de água é oriunda principalmente, das ligações do tipo residencial, que representam 82% do total de ligações de água existentes em 31 de dezembro de 2025. No segmento de esgoto, as ligações residenciais também possuem maior representatividade, correspondendo a 64% das ligações de esgoto existentes na mesma data.

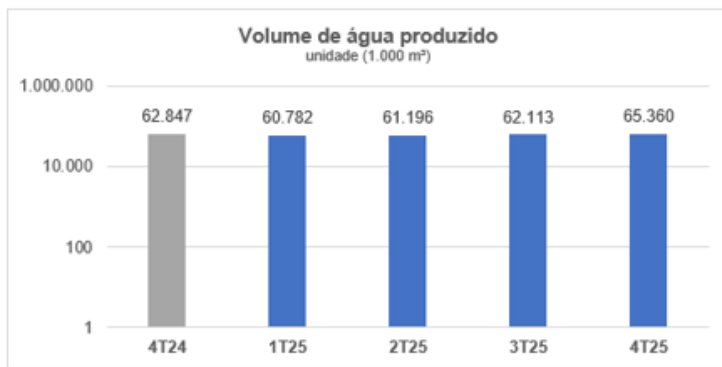


Em dezembro de 2025, o número de ligações de água registrou crescimento de 1,75% em relação a dezembro de 2024, passando de 869.583 para 884.779 ligações, o que representa um acréscimo de 15.196 novas ligações.

No mesmo período, as ligações de esgoto apresentaram uma evolução de 1,98%, totalizando 286.806 em dezembro de 2025, frente às 281.242 registradas no mesmo período do ano anterior, correspondendo a um acréscimo de 5.564 novas ligações.

De forma geral, observou-se crescimento tanto nas ligações em água quanto nas de esgoto; entretanto, o esgoto apresentou expansão proporcionalmente superior à da água, indicando avanço na ampliação da rede coletora.

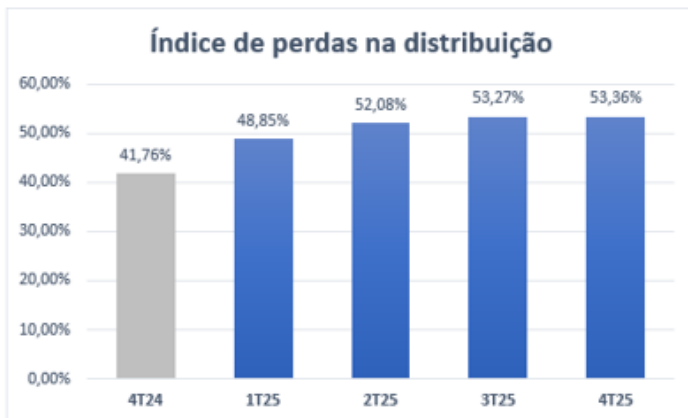
Evolução do Volume de água produzido



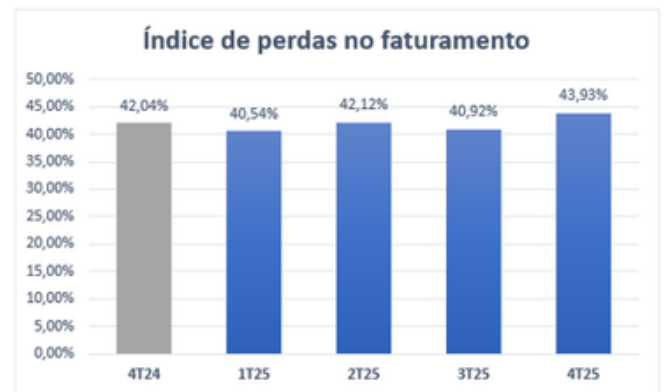
Evolução do Volume de água consumido



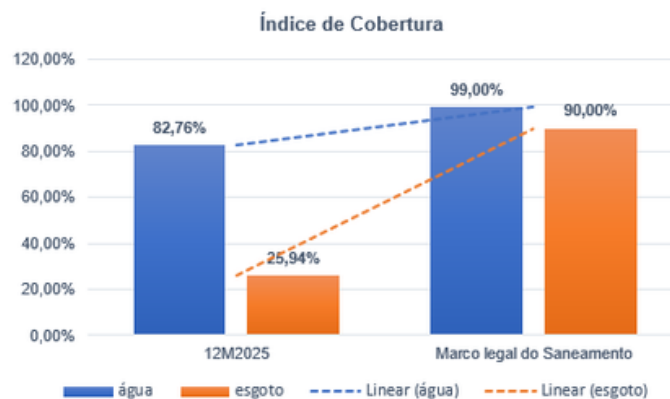
Evolução do Índice de perdas na distribuição



Evolução do Índice de perdas no faturamento



Índice de cobertura

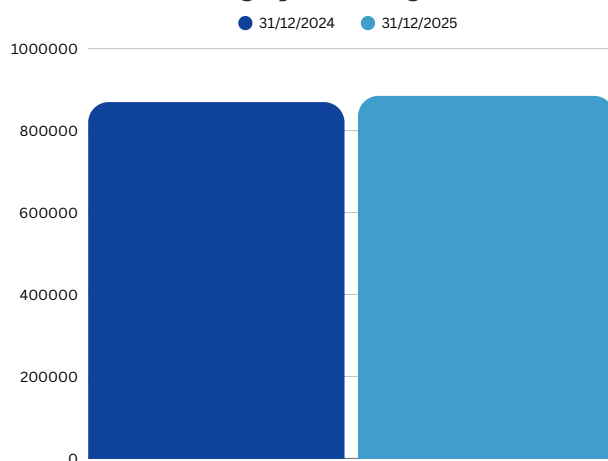


Atendimento de Água e Esgoto

Ligações de Água

Número de economias ativas de Água por Município	DEZ25 (a)	%	DEZ24 (b)	%	Var. % (a/b)
Natal	269.921	30,51	269.384	30,98	0,2%
Mossoró	93.959	10,62	90.227	10,38	4,1%
Parnamirim	95.286	10,77	93.141	10,71	2,3%
Caicó	24.536	2,77	24.048	2,77	2,0%
Macaíba	16.403	1,85	15.873	1,83	3,3%
Assú	15.205	1,72	14.839	1,71	2,5%
Currais Novos	12.034	1,36	11.602	1,33	3,7%
João Câmara	9.219	1,04	8.929	1,03	3,2%
Macau	6.786	0,77	6.818	0,78	-0,5%
Nova Cruz	10.310	1,17	10.142	1,17	1,7%
Demais municípios	331.120	37,42	324.580	37,33	2,0%
Totais	884.779	100,00	869.583	100,00	1,7%

Ligações de Água



+1,7%

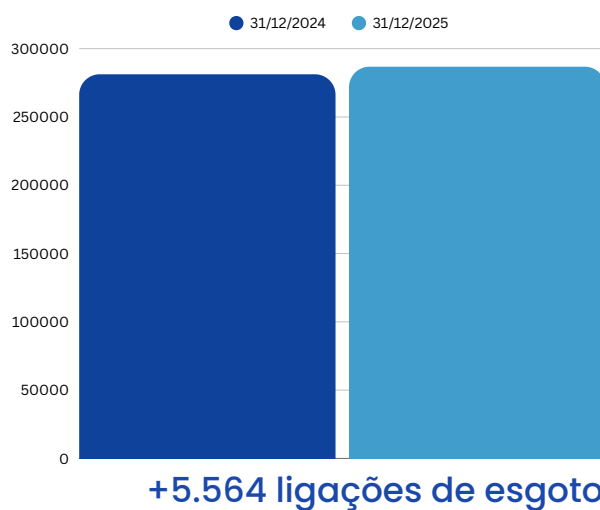
DEZ/24 x DEZ/25

+15.196 ligações de água

Ligações de Esgoto

Número de economias ativas de Esgoto por Município	DEZ25 (a)	%	DEZ24 (b)	%	Var. % (a/b)
Natal	138.774	48,39	138.702	49,32	0,1%
Mossoró	56.223	19,60	53.642	19,07	4,8%
Parnamirim	8.012	2,79	7.301	2,60	9,7%
Caicó	5.469	1,91	5.135	1,83	6,5%
Macaíba	922	0,32	905	0,32	1,9%
Assú	605	0,21	429	0,15	41,0%
Currais Novos	9.352	3,26	9.229	3,28	1,3%
João Câmara	4.677	1,63	4.587	1,63	2,0%
Macau	6.569	2,29	6.510	2,31	0,9%
Nova Cruz	3.856	1,34	3.789	1,35	1,8%
Demais municípios	52.347	18,25	51.013	18,14	2,6%
Totais	286.806	100,00	281.242	100,00	2,0%

Ligações de esgoto



+2,0%
DEZ/24 x DEZ/25

1.2 Desempenho Operacional

Evolução do Volume medido de água

Volume Medido de Água - m ³	4T25 (a)	4T24 (b)	Var. % (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var. % (c/d)
Natal	8.885	6.120	45,2%	34.819	30.808	13,0%
Mossoró	2.684	1.748	53,5%	10.614	8.773	21,0%
Parnamirim	2.674	1.943	37,6%	10.778	9.853	9,4%
Caicó	720	444	62,2%	2.727	2.229	22,3%
Macaíba	493	347	42,1%	1.954	1.704	14,7%
Assú	414	276	50,0%	1.627	1.296	25,5%
Currais Novos	323	222	45,5%	1.263	998	26,6%
Macau	170	113	50,4%	673	650	3,5%
João Câmara	243	170	42,9%	955	795	20,1%
Nova Cruz	224	145	54,5%	855	701	22,0%
Demais municípios	8.922	5.719	56,0%	34.379	28.475	20,7%
Totais	25.752	17.247	49,3%	100.644	86.282	16,6%

Evolução do Volume faturado de água

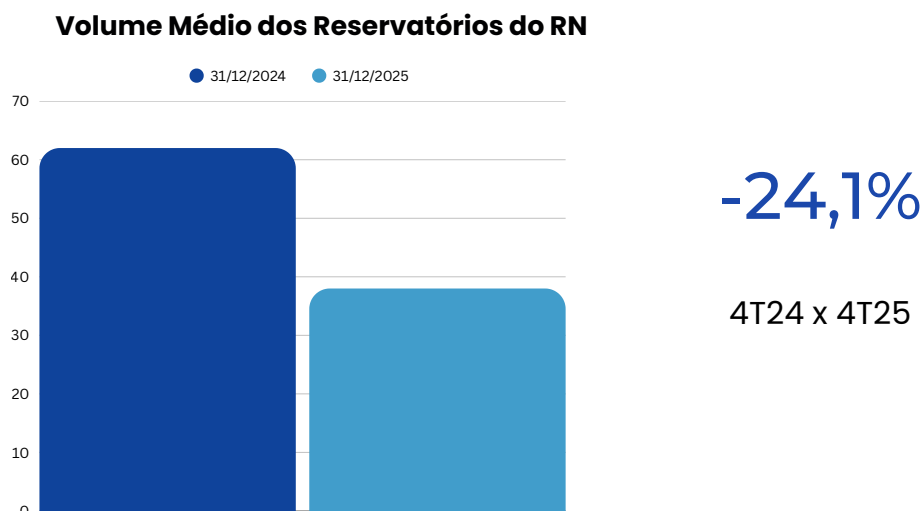
Volume Faturado de Água - m ³	4T25 (a)	4T24 (b)	Var. % (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var. % (c/d)
Natal	11.819	8.018	47,4%	46.462	42.512	9,3%
Mossoró	3.892	2.514	54,8%	15.133	13.251	14,2%
Parnamirim	3.792	2.588	46,5%	14.962	13.709	9,1%
Caicó	1.002	659	52,0%	3.883	3.410	13,9%
Macaíba	714	466	53,2%	2.789	2.477	12,6%
Assú	636	408	55,9%	2.456	2.082	18,0%
Currais Novos	455	302	50,7%	1.792	1.541	16,3%
Macau	282	193	46,1%	1.121	1.043	7,5%
João Câmara	356	236	50,8%	1.397	1.227	13,9%
Nova Cruz	359	236	52,1%	1.420	1.253	13,3%
Demais municípios	13.340	8.857	50,6%	52.361	46.986	11,4%
Totais	36.647	24.477	49,7%	143.776	129.491	11,0%

Evolução do Volume faturado de esgoto

Volume Faturado de Esgoto - m ³	4T25 (a)	4T24 (b)	Var. % (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var. % (c/d)
Natal	7.163	7.178	-0,2%	27.904	27.707	0,7%
Mossoró	2.255	2.155	4,6%	8.866	8.292	6,9%
Parnamirim	384	365	5,2%	1.471	1.354	8,6%
Caicó	235	212	10,8%	864	806	7,2%
Macaíba	44	44	0,0%	172	177	-2,8%
Assú	22	17	29,4%	75	66	13,6%
Currais Novos	340	343	-0,9%	1.357	1.316	3,1%
Macau	233	233	0,0%	922	925	-0,3%
João Câmara	173	172	0,6%	682	673	1,3%
Nova Cruz	129	126	2,4%	509	488	4,3%
Demais municípios	1.880	2.660	-29,3%	7.385	8.195	-9,9%
Totais	12.858	13.505	-4,8%	50.207	49.999	0,4%

Volumes Disponíveis

O nível dos reservatórios do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte representou um volume médio de 38,38% em 31 de dezembro de 2025.



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA (2025)

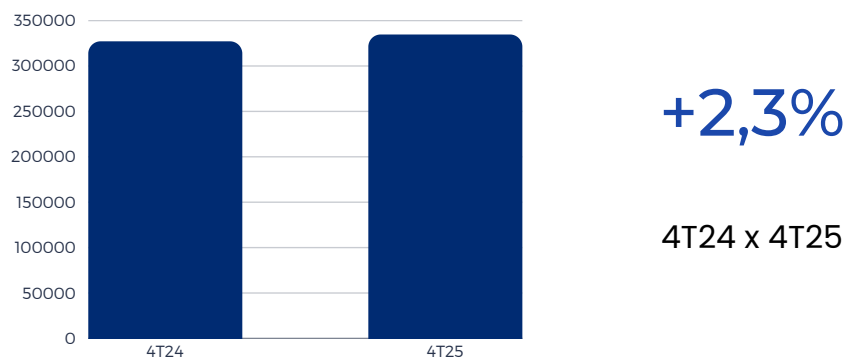
2.DADOS FINANCEIROS

2.1 Desempenho Econômico

Receita Operacional

Receita Operacional Bruta R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var.% (a/b)	2025 (c)	2024(d)	Var.% (c/d)
Receita de Água	243.413	220.218	10,5	901.383	833.805	8,1
Receita de Esgoto	56.617	51.117	10,8	209.150	193.645	8,0
Outras Receitas	50.211	80.007	(37,2)	202.971	248.112	(18,2)
Total Receita Operacional	350.241	351.342	(0,3)	1.313.504	1.275.562	3,0
COFINS	(9.001)	(16.441)	(45,3)	(33.316)	(74.336)	(55,2)
PIS	(1.950)	(3.568)	(45,3)	(7.218)	(16.137)	(55,3)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(4.600)	(4.127)	11,5	(17.842)	(15.869)	12,4
Totais das Deduções	(15.551)	(24.136)	(35,6)	(58.376)	(106.342)	(45,1)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	334.690	327.206	2,3	1.255.128	1.169.220	7,3

Receita Operacional Líquida

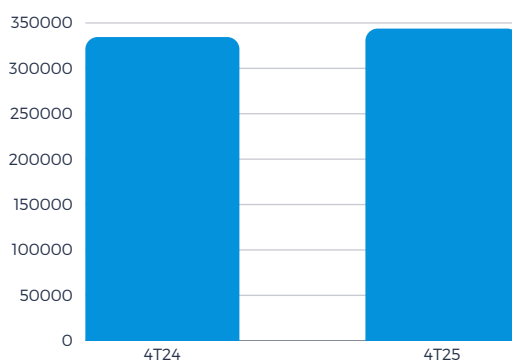


Em 2025, a receita operacional líquida somou R\$ 1.255.128, com crescimento de 7,0% em comparação a 2024. Esse aumento decorre, principalmente, dos reajustes tarifários implementados em 2025 – sendo 6% para os municípios do interior do Rio Grande do Norte, a partir de 1º de maio, e 8,91% para o município de Natal, a partir de 29 de junho –, além do acréscimo nos volumes faturados de água e esgoto e da expansão no número de novas ligações desses serviços.

A receita de construção apresentou redução de 18,2%, no exercício de 2025, totalizando R\$ 202.971 e R\$ 248.112 em 2024, variação explicada pela redução da movimentação das obras em andamento, tendo em vista que seu valor é apurado conforme progresso físico-financeiro dessas obras.

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais



+2,8%

4T24 x 4T25

Custos e Despesas Operacionais R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var.% (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var.% (c/d)
Pessoal	(70.555)	(93.606)	(24,6)	(339.259)	(313.342)	8,3
Materiais	(14.162)	(7.405)	91,2	(52.196)	(35.195)	48,3
Energia elétrica	(36.336)	(32.609)	11,4	(139.958)	(124.200)	12,7
Serviços de Terceiros	(58.308)	(50.814)	14,7	(201.217)	(183.316)	9,8
Depreciações e Amortizações	(33.433)	(31.224)	7,1	(130.591)	(122.954)	6,2
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(25.660)	(18.887)	35,9	(54.025)	(61.749)	(12,5)
Indenizações por Danos a terceiros	(8)	(8)	(0,9)	(72)	(34)	111,6
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(22)	(24)	(8,7)	(69)	(77)	(10,5)
Taxas, alvarás e Licenciamento	(1.318)	(459)	187,1	(8.874)	(5.020)	76,8
Despesas capitalizadas	2.411	2.747	(12,2)	12.183	12.245	(0,5)
Provisões para contingências	10.350	(1.510)	(785,4)	7.199	(10.563)	(168,2)
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	(2.643)	(4.128)	(36,0)	(15.217)	(15.774)	(3,5)
Programa de Participação nos Resultados	(17.409)	(8.500)	-	(17.409)	(8.500)	-
Baixas de ativos, líquidas	0	(1.588)	(100,0)	(8)	(2.185)	(99,6)
Outros Custos e Despesas	(96.683)	(86.449)	11,8	(263.204)	(269.953)	(2,5)
Subtotal	(343.776)	(334.464)	2,8	(1.202.717)	(1.140.617)	5,4
Receitas de Créditos Tributários Judiciais	2.038	-	-	113.487	-	-
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	(2.038)	-	-	(113.487)	-	-
Total Custos e Despesa (Receitas) Operacionais	(343.776)	(334.464)	2,8	(1.202.717)	(1.140.617)	5,4

Em 31 de dezembro de 2025, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 1.202,717, apresentando um crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 1.140.617). As principais variações foram em decorrência de:

Pessoal

O aumento de 8,3% nos custos e despesas com pessoal foi impulsionado, principalmente, pela elevação das remunerações, encargos sociais e, de forma mais significativa, dos benefícios, em função da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2024-2026). Esse ACT definiu reajuste salarial de 6,09% (seis vírgula nove por cento), referente à inflação acumulada medida pelo INPC entre maio de 2024 e abril de 2025, acrescido de 0,77% (zero vírgula setenta e sete por cento) a título de ganho real, aplicado a partir de maio de 2025. As remunerações registraram acréscimo de R\$ 19,7 milhões (+39,7%), reflexo do reajuste salarial, aumento nas provisões de férias e do crescimento das horas extras. Os encargos sociais acompanharam essa evolução, com incremento de R\$ 7,2 milhões (+14,1%). O maior impacto, contudo, veio dos benefícios, que apresentaram aumento de R\$ 22,9 milhões (+46,2%). Esse crescimento foi resultado, sobretudo, das provisões relacionadas à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e à implementação do Plano de Desligamento Assistido (PDA), iniciativa voltada a oferecer maior flexibilidade e alinhamento às necessidades dos colaboradores. Essas despesas extraordinárias explicam a variação mais acentuada em relação ao exercício anterior. Nas despesas administrativas, destacaram-se os aumentos no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e no transporte de pessoal, parcialmente compensados por reduções nos gastos com assistência médica, previdência privada e comissões. De modo geral, observa-se que, embora haja crescimento estrutural da folha de pagamento, o aumento em 2025 foi influenciado, em grande parte, por eventos pontuais. A Companhia segue acompanhando de forma contínua a evolução dos gastos de pessoal, a fim de garantir sua sustentabilidade nos próximos períodos. Por fim, o quadro funcional apresentou uma elevação, registrando variação de 28 colaboradores, passando de 1.978 em 31 de dezembro de 2024 para 2.006 em 31 de dezembro de 2025.

Materiais

Houve um aumento de 48,3% nos gastos com materiais em relação ao mesmo período de 2024, resultado atribuído principalmente à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos.

Energia Elétrica

O crescimento de 12,7% na energia elétrica foi puxado principalmente pela mudança do regime de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era permitido o aproveitamento de créditos sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços, entre eles, a energia elétrica. Com a mudança para o regime Cumulativo, esses créditos deixaram de ser admitidos, ocasionando elevação nos custos da Companhia, ainda que as alíquotas aplicáveis sejam menores no novo regime.

Serviços de Terceiros

O aumento de 9,8% em relação ao mesmo período de 2024, é principalmente atribuído à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos.

Depreciações e Amortizações

O aumento de 6,2% é principalmente atribuído à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos, além de encargos de depreciação. Outro ponto que contribuiu foi a expansão do ativo imobilizado e intangível da Companhia. A maior parte do valor refere-se à depreciação de instalações, redes de distribuição e equipamentos operacionais, essenciais para a prestação de serviços de água e saneamento, enquanto a amortização dos intangíveis representa parcela menor, porém estratégica. Apesar do aumento, essas despesas permitem acompanhar a perda de valor dos ativos e planejar reinvestimentos e substituições. A CAERN realiza o acompanhamento contínuo dessas despesas, contribuindo para a gestão eficiente dos recursos, manutenção da qualidade do serviço e planejamento de investimentos futuros. O montante total desses ativos em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.351.341 bilhões (líquidos de baixa), enquanto em 2024 esse valor foi de R\$ 3.230.322 bilhões (líquidos de baixa).

Perdas Esperadas na Realização de Créditos

A redução de 12,5% decorre, principalmente, de variações no comportamento de pagamento por parte de clientes estratégicos, refletindo em menor exposição ao risco de crédito e desafios na recuperação de recebíveis.

Indenizações por Danos a Terceiros

Aumento de 111,6% decorre da elevação nos ressarcimentos feitos pela CAERN aos seus empregados, relacionados a descontos indevidos aplicados em seus salários. Exemplos disso incluem o ressarcimento de multas de trânsito descontadas em excesso, que resultaram na necessidade de compensar os valores pagos a mais, gerando um impacto financeiro na empresa.

Indenizações Trabalhistas a Terceiros

Redução de 10,5% deve-se ao menor número de acordos extrajudiciais firmados entre a Companhia e as partes envolvidas. Esses acordos envolvem pagamentos realizados a empregados ou a terceiros decorrente de sentenças.

Provisões para Contingências

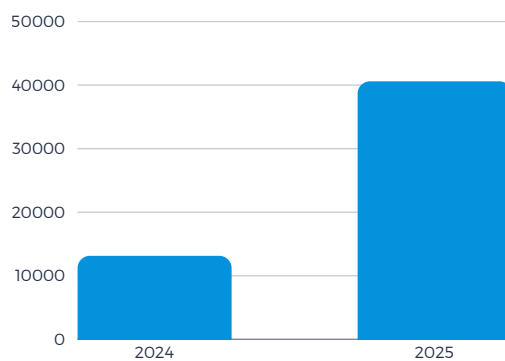
A redução de 168,2% em 31 de dezembro de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 deve-se principalmente à diminuição de contingências cíveis, tributárias e trabalhistas, refletindo a resolução de processos ou reavaliação do risco. Essa queda reflete tanto a redução das provisões existentes quanto da reversão de valores previamente provisionados. No entanto, a provisão para contingências ambientais ainda apresenta valor relevante, exigindo monitoramento contínuo pela Companhia.

2.2 Indicadores econômicos

Resultado financeiro

Resultado Financeiro R\$	2025 (c)	2024(d)	Var.%(c/d)
Receitas Financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	19.147	30.486	(37,2)
Descontos obtidos	131	114	14,9
Juros ativos obtidos	1.207	1.161	4,0
Variações monetárias ativas	29.503	21.120	39,7
Juros e acréscimos com créditos tributários	49.363	-	-
Rendimentos de resgate judicial	732	280	161,4
Totais das Receitas Financeiras	100.083	53.161	88,3
Despesas Financeiras			
Juros e taxas de financiamentos	(14.477)	(33.288)	(56,5)
Juros e multas extras de financiamentos	(5.169)	(4.540)	13,9
Provisão passivo regulatório	(38.418)	-	-
Custos de transação	(776)	1.820	(57,4)
Juros sobre precatórios	(655)	(379)	72,8
Totais das Despesas Financeiras	(59.495)	(40.027)	48,6
Resultado Financeiro	40.588	13.134	209,0

Resultado Financeiro



+209,0%

2024 x 2025

O resultado financeiro da Companhia apresentou variação positiva relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando ganho líquido de R\$ 40.5 milhões, em comparação a R\$ 13,1 milhões apurado no exercício anterior, representando crescimento de 209,0%.

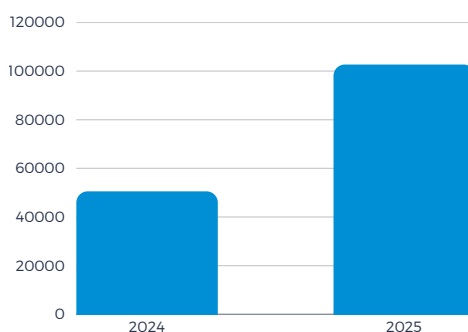
As receitas financeiras somaram R\$ 100,0 milhões em 2025 (R\$ 53,1 milhões em 2024), registrando aumento de 88,3%. Esse aumento reflete, sobretudo, o avanço das variações monetárias ativas e dos rendimentos de regastes judiciais, além do reconhecimento de juros e acréscimos sobre os créditos tributários, atualizados pela SELIC, os quais contribuíram de forma relevante para a ampliação do resultado financeiro no período analisado.

Por outro lado, as despesas financeiras totalizaram R\$ 59,4 milhões em 2025, ante R\$ 40,0 milhões em 2024, representando acréscimo de 48,6%. A variação decorre, principalmente, do reconhecimento de provisão para passivo regulatório no montante de R\$ 36,4 milhões, parcialmente compensado pela redução das despesas com juros e taxas de financiamentos, refletindo a diminuição do endividamento médio e melhoria na estrutura da dívida.

Resultado Econômico

Resultado Econômico R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var. % (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var. % (c/d)
Resultado Operacional	(5.484)	(5.375)	2,0	63.723	38.517	65,4
Resultado Financeiro	9.085	6.670	36,2	40.588	13.134	209,0
Tributos sobre o Lucro	3.621	3.435	5,4	(1.623)	(1.108)	46,5
Lucro Líquido	7.222	4.730	52,7	102.688	50.543	103,2

Lucro Líquido



103,1%

2024 x 2025

O Resultado de 2025 foi impactada pela redução na despesa com PIS e COFINS. Isso ocorreu devido à alteração do regime de apuração de não cumulativo para cumulativo, consequência da obtenção da imunidade tributária da Companhia. No novo regime, não há apropriação de créditos, mas as alíquotas são significativamente menores. Esse Fator foi decisivo para o desempenho financeiro do período, contribuindo para o aumento da lucratividade.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var.% (a/b)	2025 (c)	2024(d)	Var.% (c/d)
Remuneração de Pessoal	88.260	177.835	(50,4)	360.937	326.679	10,5
Remuneração a Governos (tributos)	13.247	50.831	(73,9)	68.873	112.470	(38,8)
Remuneração a Terceiros (juros, atualização monetária e aluguéis)	13.129	30.115	(56,4)	86.526	64.889	33,3
Lucro do período não distribuído	7.222	16.354	(55,8)	102.688	50.543	103,2
Total da Riqueza Econômica	121.858	275.135	(55,7)	619.024	554.581	11,6

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da CAERN está focada na busca pela eficiência operacional e financeira, visando maximizar resultados por meio de investimentos em tecnologia, redução de custos e otimização de processos. A empresa também carrega a responsabilidade de expandir o acesso a serviços de água e saneamento para toda a população, especialmente em regiões com infraestrutura mais precária e isolada, em conformidade com a meta nacional de universalização do saneamento básico.

Além disso, a melhoria contínua da qualidade dos serviços é uma prioridade central para garantir a satisfação dos usuários e o cumprimento das normas regulatórias. Isso envolve o fornecimento de água potável e o tratamento adequado de esgoto, seguindo rigorosos padrões de saúde e segurança. Por fim, a CAERN busca garantir a viabilidade financeira e a sustentabilidade a longo prazo, equilibrando com as expectativas de seus acionistas.

Resultados econômico-financeiros

Indicadores Econômicos R\$	2025 (c)	2024 (d)	Var.% (c/d)
Receita Operacional Líquida	1.255.128	1.169.220	7,3%
Lucro Bruto	524.513	441.996	18,7%
Lucro Operacional	63.723	38.517	65,4%
Lucro Líquido	102.688	50.543	103,2%
% Margem Operacional	5,08	3,29	1,8 p.p.
% Margem Líquida	8,18	4,32	3,9 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	0,06	0,03	0,0 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	1,01	1,36	(0,35) p.p.

Evolução dos índices

	Referência	DEZ/25	DEZ/24	Var.
Patrimônio Líquido	R\$	2.776.476	2.725.391	1,9
Valor Patrimonial da Ação	R\$	1,00	1,00	-
Endividamento Total	%	37,27%	36,41%	2,4 p.p.
Liquidez Corrente	R\$	1,52	1,63	(6,8)
Liquidez Seca	R\$	1,39	1,48	(5,7)

Evolução do Ativo e Dívidas

Ativos Totais



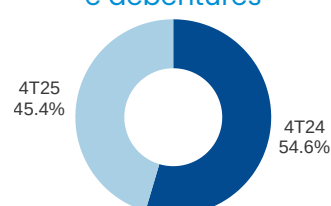
+3,3%
4T24 x 4T25

Dívidas Totais



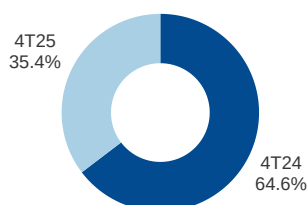
+5,7%
4T24 x 4T25

Empréstimos, financiamentos e debêntures



-16,8%
4T24 x 4T25

Arrendamento Financeiro



-45,3%
4T24 x 4T25

EBITDA

EBITDA R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var.% (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var.% (c/d)
Lucro Líquido	7.222	4.729	52,72	102.688	50.543	103,17
(+) Tributos sobre o Lucro	(3.621)	(3.435)	5,41	1.623	1.108	46,48
(+) Resultado Financeiro	(9.085)	(6.670)	36,21	(40.588)	(13.134)	209,03
(+) Depreciações e amortizações	33.431	31.223	7,07	130.591	122.953	6,21
EBITDA	27.947	25.847	8,12	194.314	161.470	20,34
%EBITDA	8,35%	7,90%	0,45 % p.p.	15,48%	13,81%	1,67 % p.p.

O EBITDA no exercício de 2025, que reflete o resultado operacional da Companhia, totalizou R\$ 194.314, registrando um aumento em relação aos R\$ 32.844 de 2024. Como consequência, a margem EBITDA passou de 13,81% para 15,48%.

Adicionalmente, a geração de caixa operacional ao final do exercício de 2025 atingiu R\$ 340.846, superior aos R\$ 207.840 registrados no exercício anterior. Esse desempenho representa um crescimento de 63,99%, evidenciando o avanço significativo na capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de suas atividades operacionais, reforçando a sustentabilidade financeira do negócio.

2.3 INVESTIMENTOS

Investimentos	4T25 (a)	4T24 (b)	Var. % (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var. % (c/d)
Água	15.454	38.100	(59,44)	70.408	130.820	(46,18)
Esgoto	54.767	68.071	(19,54)	212.872	245.882	(13,43)
Outros Investimentos	2.039	5.094	(59,97)	11.486	8.282	38,69
Totais	72.260	111.264	(35,06)	294.766	384.984	(23,43)

No 4º trimestre de 2025, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 72,2 milhões, representando redução de 35,68% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do exercício, os investimentos somaram R\$ 294,7 milhões, queda de 23,43% frente aos R\$ 384,9 milhões investidos em 2024. A maior parte do capital para as obras concluídas foi viabilizada através de recursos de convênios e recursos de empréstimos.

Os investimentos no segmento de água atingiram R\$ 15,4 milhões no 4T25, redução de 59,44% em comparação ao 4T24. No acumulado de 2025, totalizaram R\$ 70,4 milhões, representando retração de 46,18% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, da conclusão de obras estruturantes em 2024 e do redirecionamento do cronograma físico-financeiro de novos projetos. No exercício de 2025, destaca-se, entre as principais realizações, a entrega parcial da adutora Apodi/Mossoró, empreendimento relevante para o reforço do sistema de abastecimento hídrico da região atendida.

No segmento de esgoto, os investimentos somaram R\$ 54,7 milhões no trimestre, com redução de 19,54%, e R\$ 212,8 milhões no acumulado anual, representando queda de 13,43% em relação a 2024. Apesar da retração, o volume investido manteve-se concentrado na ampliação e melhoria dos sistemas de coleta e tratamento, em consonância com as metas de expansão da cobertura dos serviços. Dentre as principais ações realizadas no período, destacam-se as entregas parciais do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Parelhas e Caicó, que contribuíram para o avanço da infraestrutura de saneamento nessas localidades.

Os outros investimentos totalizaram R\$ 2,0 milhões no 4T25, redução de 59,97% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e R\$ 11,4 milhões no acumulado de 2025, crescimento de 38,69%. Embora em menor escala financeira, esses investimentos possuem relevância estratégica, pois fortalecem a capilaridade do sistema, ampliando o acesso dos usuários e contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Destacam-se, no período, as ligações intradomiciliares no sistema de esgotamento sanitário no município de Mossoró, as extensões de redes de água e adutoras em diversos municípios, bem como as extensões de redes de esgotos em outras localidades atendidas pela Companhia.

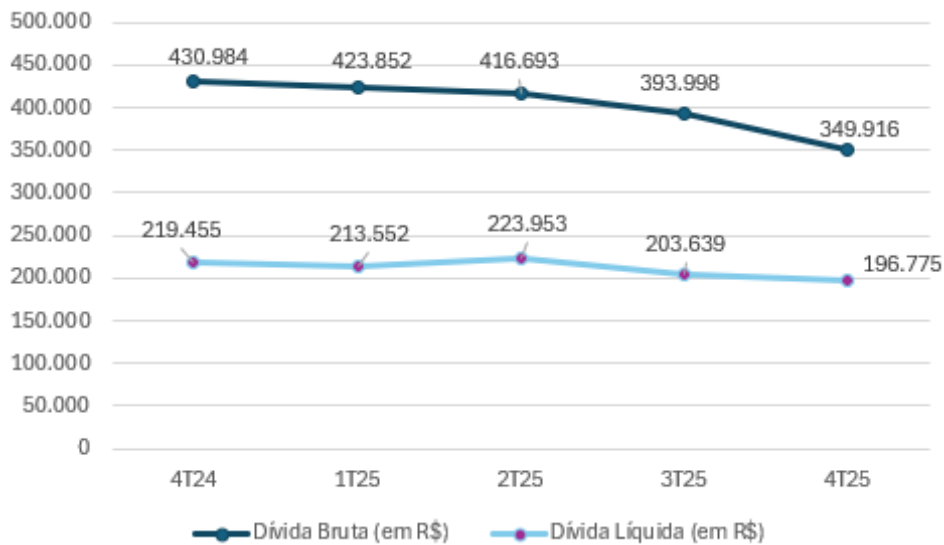
De forma geral, a redução do volume total investido em 2025 está associada ao encerramento de ciclos relevantes de obras no exercício anterior e à reprogramação de parte dos investimentos para exercícios subsequentes, sem prejuízo à continuidade dos projetos estratégicos da Companhia.

2.4 ENDIVIDAMENTO

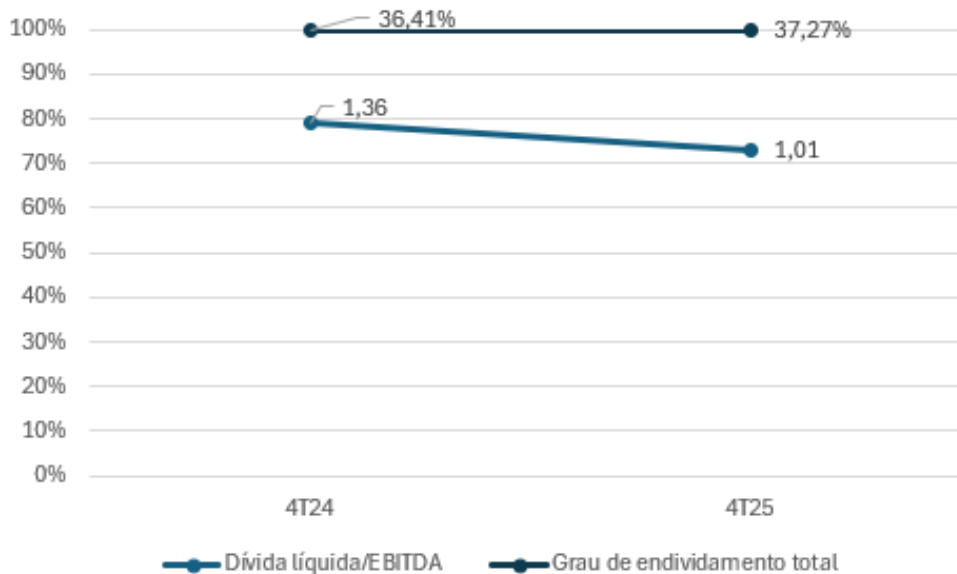
A dívida bruta passou de R\$ 401.065 milhões em dezembro de 2024 para R\$ 333.555 milhões em dezembro de 2025, representando uma redução de R\$ 67.510 milhões. A dívida líquida passou de R\$ 219.455 milhões em dezembro de 2024 para R\$ 196.775 milhões em dezembro de 2025.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 1,01x no 4T25 (1,36x no 4T24). O grau de endividamento ficou em 37,27% no fechamento do 4T25 (36,41% no 4T24).

Evolução trimestral da Dívida Bruta e da Dívida Líquida



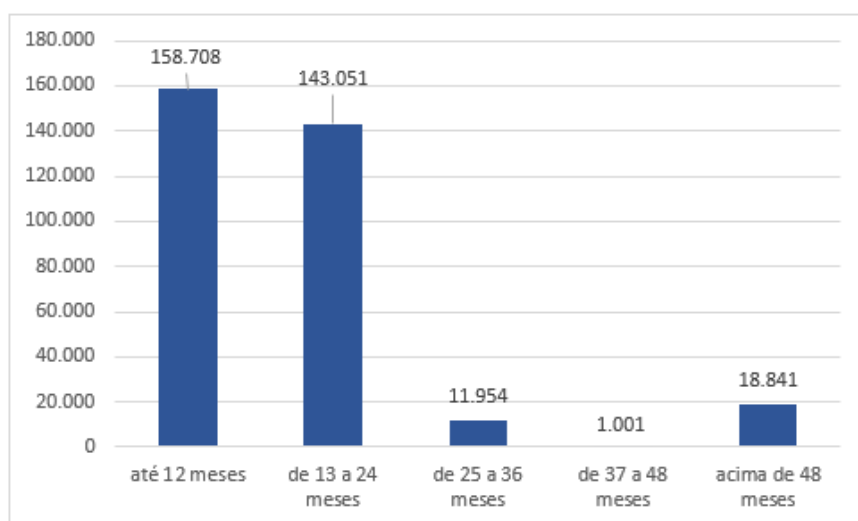
Índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA) e Grau de Endividamento Total



Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31/12/2025

Descrição	Banco	Taxa de Juros	Indexador	Moeda	Principal	Contratação	Vencimento	Capit. Juros	Carência	31/12/2025	31/12/2024
CCB (a)	Santander	2,97% a.a.	CDI	R\$	60.000	2023	2027	Mensal	6 meses	18.571	35.714
Debêntures - 1ª Emissão (b)	Santander	4% a.a. 2,76% a 11,90%	CDI	R\$	370.000	2023	2028	Mensal	24 meses	298.387	370.000
CCB (c)	BNB	a.a.	IPCA	R\$	327.000	2024	2048	Mensal	96 meses	20.811	-
Subtotal										377.769	405.714
(-) Custos de transação										(4.214)	(4.649)
Total										333.555	401.065
Empréstimos e financiamentos										38.387	34.830
Debêntures										295.168	366.235
Circulante										158.708	135.497
Não Circulante										174.847	265.568

Composição da dívida por prazo de vencimento

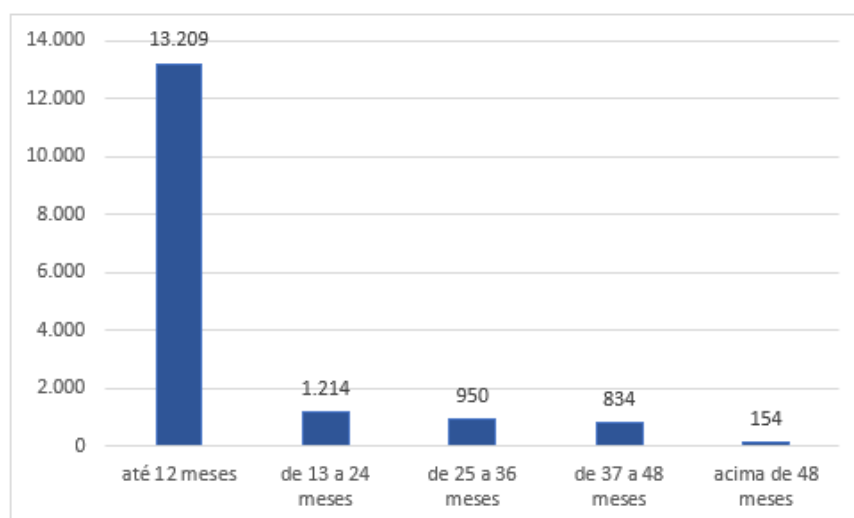


Até 12 meses	47,58%
de 13 a 24 meses	42,89%
de 25 a 36 meses	3,58%
de 37 a 48 meses	0,30%
acima de 48 meses	5,65%

Composição do arrendamento mercantil em 31/12/2025:

Arrendamento Mercantil	Dados
Taxas de Juros Anual	18,13% a.a.
Indexador	-
Término do Contrato	30/11/2030
Saldo Devedor em 31/12/2024	29.919
(+) Adições	3.520
(-) Amortizações	(21.093)
(+) Juros/Variação monetária	4.015
Saldo Devedor em 31/12/2025	16.361

Composição da dívida por prazo de vencimento



Até 12 meses	80,73%
de 13 a 24 meses	7,42%
de 25 a 36 meses	5,81%
de 37 a 48 meses	5,10%
acima de 48 meses	0,94%

3. REGULAÇÃO

Criação das Microrregiões

A Lei Complementar nº 682, de 15 de julho de 2021 instituiu as microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e o Litoral-Seridó do estado do Rio Grande do Norte. As estruturas foram criadas para assegurar os recursos da União para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. A microrregião terá natureza jurídica de autarquia governamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em todos os municípios integrantes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. A administração acompanha a implantação do novo marco legal do saneamento e trabalha para diminuir as possíveis perdas na posição patrimonial e financeira da Companhia.

Revisão Tarifária

Em 26 de março de 2025, foram assinadas as resoluções que tratam do reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Norte, conforme segue:

a) Municípios do interior, com exceção de Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de caráter estadual, aprovou o reajuste tarifário por meio da Resolução nº 2.0003.03, aplicando um índice de 6%.

b) Município de Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Mossoró (AGRM), de caráter municipal, aprovou a Resolução nº 2.0007.00, também com aplicação de 6%.

Ambas as resoluções entraram em vigor a partir de 1º de abril de 2025, sendo previsto o reflexo nas tarifas praticadas pela Companhia a partir de 30 dias após a data de vigência, ou seja, a partir de 1º de maio de 2025.

c) Em relação ao município de Natal, o pedido de reajuste foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CONSAB), e pela Resolução nº 01/2025 da ARSBAN, datada de 29 de maio de 2025, sendo autorizado o percentual de 8,91% para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O reflexo nas tarifas ocorrerá 30 dias após a entrada em vigor da referida resolução.

A Companhia encontra-se em fase de elaboração de estudos para o Processo de Revisão Tarifária no âmbito das microrregiões contemplam Natal e os demais municípios atendidos por ela atendidos. Os referidos estudos abrangerão o período de 2027 a 2030 e têm como objetivo promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos custos inerentes à prestação dos serviços, bem como subsidiar um planejamento mais eficiente dos investimentos necessários à sua adequada execução.

Passivo Regulatório

Com o reconhecimento, pelo Poder Judiciário, da aplicabilidade da tese da imunidade tributária recíproca à CAERN, em 19 de dezembro de 2024, por meio do trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 00038-04-2009.4.05.8400, confirmado por acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do Recurso Extraordinário nº 858.893-RN, a Companhia iniciou os trâmites necessários para usufruir do benefício do crédito tributário ao longo do tempo. Esse processo vem sendo conduzido em conformidade com a orientação do escritório patrono De Rosa, Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados.

De acordo com as premissas apresentadas pelo escritório, foi realizado o levantamento dos valores atualizados até maio de 2025, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	ORIGINAL	SELIC	TOTAL
PIS	43.836	24.872	68.508
COFINS	205.083	114.327	319.390
IRPJ	64.123	35.320	99.443
Acréscimos legais IRPJ	4.483	4.513	8.996
IOF	4.224	1.466	5.690
TOTAL	321.729	180.298	502.027

O montante total corresponde aos créditos tributários obtidos em todos os municípios onde a CAERN atua como prestadora de serviços. Atualmente, a Companhia realiza estudos para definir o método de rateio mais adequado à distribuição do referido crédito por município.

Na sequência, foi protocolado junto à Receita Federal o pedido de habilitação do crédito tributário, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021, etapa necessária para viabilizar a compensação, respeitado o limite legal. O pedido foi deferido em 7 de maio de 2025, data a partir da qual a CAERN passou a realizar compensações tributárias.

Do ponto de vista contábil, foi reconhecida, na competência de maio de 2025, uma provisão de passivo regulatório, referente a obrigação relativa aos reflexos regulatórios decorrentes do compartilhamento tarifário dos benefícios econômicos obtidos. A mensuração contemplou exclusivamente os valores de IRPJ e respectivos acréscimos legais, já homologados pela Receita Federal mediante a transmissão das obrigações acessórias. Depois foram deduzidos das despesas com honorários e da baixa de IRRF diferido, oriundo do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias – os quais não serão mais recuperados –, bem como acréscimos da atualização monetária pela taxa SELIC.

Os demais valores não foram reconhecidos contabilmente, por ainda se tratar de créditos controvertidos que dependem de chancela da Receita Federal, sendo, portanto, classificados como ativo contingente.

Ressalta-se que a CAERN é regulada por três agências (ARSBAN, ARSEP e AGRM), mas apenas a ARSBAN possui procedimento de revisão tarifária previsto na Resolução nº 2/2018, que permite a consideração da carga tributária na definição das tarifas cobradas ao consumidor. A expectativa da Companhia é que a ARSBAN destine 25% do benefício obtido à Concessionária, em linha com precedentes de outras companhias de saneamento e com a Norma Técnica nº 006/2025 da AGEPAR. Esse entendimento é reforçado pelo fato de que, em caso de insucesso judicial, todos os riscos, custos e honorários advocatícios seriam suportados exclusivamente pela Concessionária, sem repasses ao consumidor. Assim, com o êxito obtido, a Companhia deverá arcar com os desembolsos referentes aos honorários advocatícios, bem como instituir controles internos que viabilizem o aproveitamento integral do benefício tributário reconhecido.

4. MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária do Capital em 31/12/2025

ACIONISTAS	Nº de ações			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Governo do Estado do RN	1.679.548	-	1.679.548	97,22%
FUNFIRN (IPERN)	46.507	-	46.507	2,69%
União Federal	1.099	157	1.256	0,08%
Outros	257	-	257	0,01%
TOTAL	1.727.411	157	1.727.568	100,00%

R\$ 1.726.056.097

Total das ações
=
Governo do Estado do RN

100%

Capital total
=
Acionistas nacionais

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos onde o seu recebimento, por ação, deve ser no mínimo 10% maior que o atribuído as ações do tipo ordinária.

Atualmente, do total das ações ordinárias (com direito a voto), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 97,22% do total de ações. Dentre os demais acionistas que possuem ações ordinárias, o que corresponde a 2,77%, destaca-se o Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte - FUNFIRN (direito do Banco do Estado do Rio Grande do Norte - BANDERN) que possui 2,69%, a União Federal com um total de 0,07% e os demais acionistas com 0,01% das ações, sendo estes formados por órgãos estaduais, municipais e pessoas físicas. Já as ações preferenciais (sem direito a voto) pertencem 100% à União Federal, correspondendo a um percentual de 0,01% do total das ações.

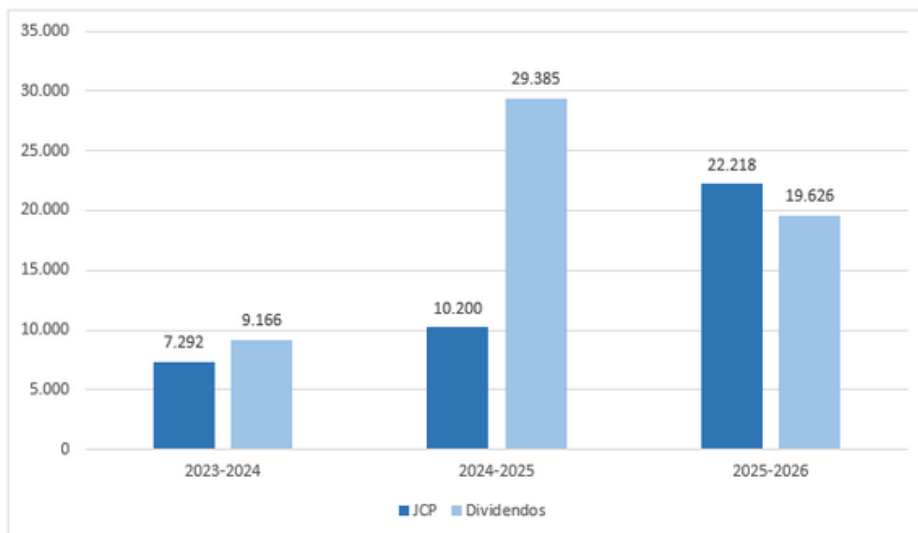
No dia 29 de abril de 2025, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, onde dentre os assuntos discutidos, destacou-se o aumento de capital, com emissão de novas ações ordinárias, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Dessa forma, houve o aumento de R\$ 268.457, sendo R\$7.216 advindo do saldo existente na reserva de incentivos fiscais, e R\$ 261.241 advindos da capitalização da reserva de expansão.

Nesta mesma assembleia houve a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Quanto ao pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) ao acionista majoritário, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, procedeu-se a um encontro de contas dos débitos e compromissos que mantidos com a Companhia. Do montante destinado, no valor de R\$ 38.483, foram compensados R\$ 26.144, relativos às obrigações em atraso oriundas das faturas de água e esgoto e de parcelamentos acordados, e o valor residual de R\$ 12.339 foi transferido dia 27 de junho de 2025 para o acionista majoritário.

Remuneração aos acionistas

Conforme art. 112 do Estatuto da Companhia, os dividendos devem ser apropriados, no mínimo, em 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, podendo a eles serem imputados, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Instrução Normativa 1700 da Receita Federal e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), a título de dividendos, estipulados pela Lei 9.249/95 e regulamentados pela IN 1700 da RFB, sendo seu valor máximo calculado na forma desta IN art. 75 § 2º e § 3º que impõe que o valor máximo do JCP não poderá ultrapassar 50% do lucro líquido (usado para fins de cálculo da JCP), sendo este lucro apurado após dedução da Contribuição Social e antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica. Então, após a apuração do Juros Capital Próprio, ainda de acordo com a IN 1700 da RFB, ele será deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para a apuração de um novo Lucro Líquido.



5. OUTRAS INFORMAÇÕES

Negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026

A partir de maio de 2025, foi aplicado reajuste de 6,09% sobre os salários constantes da tabela salarial, correspondente a variação do INPC entre maio de 2024 e abril de 2025, acrescido de 0,77% a título de ganho real. O reajuste foi estabelecido conforme Acordo Coletivo de Trabalho vigente para o período de 2024 a 2026.

Implementação de práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) na Companhia

Na reunião do Conselho de Administração, realizada em 01 de agosto de 2024, foi destacada a importância de implementação de práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) na Companhia, com ênfase na necessidade de se antecipar às exigências futuras. Foi implantada a comissão para implementação das práticas ESG.

Imunidade Tributária

Na data de 19 de dezembro de 2024, foi emitida a certidão de trânsito em julgado referente ao processo judicial que discutia a imunidade tributária da CAERN. Como consequência da concessão da referida imunidade, houve a alteração do regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. A principal diferença entre os regimes consiste na forma de apropriação de créditos: no regime Não Cumulativo, era possível aproveitar créditos de PIS/COFINS sobre a contratação de bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços - como energia elétrica, aluguéis, máquinas e equipamentos, além de encargos de depreciação e amortização. Já no regime Cumulativo, essa apropriação de créditos não é permitida. Por outro lado, as alíquotas no regime Cumulativo são menores: 0,65% para o PIS e 3,0% para o COFINS, em comparação com 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS no regime Não Cumulativo. Essa alteração resultou em uma redução de 57% no valor total de PIS/COFINS incidente sobre receitas no terceiro trimestre de 2025, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Projeto Parceria Público-Privada (PPP)

Em 30 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da CAERN deliberou sobre a estruturação do Projeto de Parceria Público-Privada (PPP). O edital, destinada à gestão do esgotamento sanitário em 48 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, tem publicação prevista até abril de 2026. A expectativa é que o projeto viabilize investimentos estimados em aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, com vistas à ampliação da cobertura e à melhoria dos serviços de esgotamento sanitário nas localidades contempladas.

Destituição *ad nutum* do Diretor Presidente

Em 11 de fevereiro de 2026, o Conselho de administração da CAERN foi comunicado, por meio do Ofício 026/2026 do Acionista Majoritário da Companhia, sobre a destituição *ad nutum* do Diretor Presidente Sérgio Eduardo Rodrigues da Silva, com efeitos a 10 de fevereiro de 2026, às 17h30.

Em decorrência, o Diretor de Planejamento e Finanças, George Marcos de Aquino Freitas, assumiu a Presidência da Companhia, em substituição, a Sérgio Eduardo Rodrigues da Silva, passando a acumular as funções de Diretor Presidente e Diretor de Planejamento e Finanças.

A designação do referido diretor sinaliza uma transição orientada à continuidade dos projetos estratégicos da CAERN.

Demonstração do Resultado	2025	2024	2023
Receita líquida dos serviços prestados	1.255.128	1.169.220	986.626
Custo dos serviços prestados	(730.615)	(727.224)	(595.774)
Lucro bruto	524.513	441.996	390.852
Despesas administrativas	(338.283)	(271.785)	(228.406)
Despesas comerciais	(132.144)	(126.025)	(107.103)
Provisões/Reversão para Contingências	7.199	(10.563)	1.382
Despesas tributárias	(8.874)	(5.020)	(7.435)
Outras receitas operacionais	11.312	9.914	13.813
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro	63.723	38.517	63.103
Receitas financeiras	100.083	53.161	70.585
Despesas financeiras	(59.495)	(40.027)	(61.164)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	104.311	51.651	72.524
Imposto de renda e Contribuição Social	(1.623)	(1.108)	(9.900)
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	102.688	50.543	62.624

Balço Patrimonial - Ativo	DEZ/25	DEZ/24	DEZ/23
Ativo Circulante	502.778	459.964	629.159
Caixa e equivalentes de caixa	167.403	214.714	406.240
Contas a receber	193.200	156.128	127.576
Estoques para operaço	42.554	44.084	52.143
Tributos a recuperar	72.857	14.878	13.089
Adiantamentos	2.092	2.275	2.112
Depósitos Judiciais	24.662	27.685	27.949
Outros ativos circulantes	10	200	50
Não circulante	3.923.034	3.825.753	3.535.650
Contas a receber	86.164	93.292	105.087
Créditos Fiscais	18.473	44.313	40.221
Créditos de acionistas	20.140	16.591	5.930
Ativo Financeiro	431.448	411.482	401.503
Imobilizado líquido	987.716	997.015	931.878
Intangível líquido	2.363.625	2.233.307	2.040.118
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	15.468	29.753	10.913
Ativo Total	4.425.812	4.285.717	4.164.809

Balanco Patrimonial - Passivo	DEZ/25	DEZ/24	DEZ/23
Passivo Circulante	330.618	281.851	159.232
Fornecedores de bens e serviços	49.309	32.972	28.897
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	158.708	135.497	16.718
Arrendamento Mercantil	13.209	16.141	7.393
Obrigações tributárias	21.645	22.975	25.506
Obrigações sociais	62.048	51.233	52.700
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais	1.195	9.868	5.136
Parcelamento de Tributos	1.224	1.909	1.657
Compromisso Contrato de Concessão	1.050	1.050	12.050
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	22.230	10.206	9.175
Passivo Não circulante	1.318.718	1.278.475	1.376.356
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	174.847	265.568	399.843
Arrendamento Mercantil	3.152	13.778	3.586
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais	20554	84	183
Parcelamento de Tributos	248	1.138	3.105
Provisões para Contingências	42.443	49.642	39.079
Receita Diferida (subvenção governamental)	920.579	858.630	771.016
Tributos Diferido	85.512	89.635	159.544
Passivo Regulatório	71.383		
Total do passivo	1.649.336	1.560.326	1.535.588
Patrimônio Líquido	2.776.476	2.725.391	2.629.221
Capital social	1.727.566	1.459.109	1.408.750
Reserva de Capital	50.363	50.363	50.363
Reserva de Lucro	133.868	309.566	283.374
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	-
Outros resultados abrangentes	864.679	906.353	886.734
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.425.812	4.285.717	4.164.809

Demonstração do Fluxo de Caixa	2025	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do Exercício Antes do IRPJ/C/SELL	104.311	51.651	72.524
Ajustes:			
Depreciação e amortização	130.591	122.953	117.734
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	54.025	61.750	49.434
Provisão/reversão para Contingências	(7.199)	10.563	(1.382)
(-) Lucro na venda de imobilizado	(968)	(1.035)	(1.175)
Juros e variações monetárias	71.557	63.185	65.951
(Aumento)/Diminuição dos ativos:			
Contas a receber e demais recebíveis	(83.969)	(78.505)	(87.583)
Estoques	1.530	8.059	6.117
Tributos a recuperar	(57.979)	(1.789)	(12.260)
Adiantamentos concedidos	183	(163)	(110)
Depósitos judiciais	3.023	264	(8.882)
Outros ativos	22.482	(17.166)	3.933
Aumento/(Diminuição) dos passivos:			
Fornecedores	16.337	4.075	4.944
Obrigações tributárias	(1.329)	(2.531)	74
Outras obrigações	89.874	(12.363)	(6.067)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	342.469	208.948	203.252
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(1.623)	(1.108)	(9.900)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	340.846	207.840	193.352
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	2.200	1.737	1.298
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(254.293)	(391.960)	(183.341)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(252.093)	(390.223)	(182.043)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortizações de empréstimos, financiamentos	(154.617)	(94.650)	(93.794)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(2.094)	(1.899)	(2.200)
Amortizações de arrendamentos financeiros	(21.805)	(18.840)	(10.913)
Ingresso de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	20.082	35.093	423.847
Receitas diferidas	61.949	87.613	8.015
Pagamentos de dividendos e JCP	(39.579)	(16.460)	(1.583)
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	(136.064)	(9.143)	(38.358)
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(47.311)	(191.526)	334.681
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	167.403	214.714	406.240
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	214.714	406.240	71.559
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(47.311)	(191.526)	334.681